



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Procuradoria Geral do Estado

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 240/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Procuradoria Geral do Estado, número SIC em epígrafe, sobre restituição de reposição efetivada pela Administração.
2. A Procuradoria Geral do Estado solicitou o número GDOC do requerimento protocolado a fim de permitir a localização do expediente demandado, ante a existência de dezenas de feitos em nome da interessada. O posicionamento foi reiterado em sede de recurso hierárquico, ensejando apelo cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise do caso concreto revela que a presente demanda, ainda que possa extrapolar um típico pedido de acesso à informação, por envolver reclamação e pedido de providências quanto a suposta inação em face de procedimento administrativo no âmbito do órgão demandado, indica também a existência de obstáculo excessivo à obtenção de informação sobre o trâmite do expediente de seu interesse, direito esse assegurado pela legislação vigente e, em particular, pelo artigo 22 da Lei Estadual nº 10.177/98:

*Artigo 22 - Nos procedimentos administrativos observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência de **publicidade**, do contraditório, ampla defesa e, quando for o caso, do despacho ou decisão motivados.*

§ 1.º - Para atendimento dos princípios previstos neste artigo, serão assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas e acompanhar sua produção, de obter vista e de recorrer.

4. Imprescindível, portanto, assegurar a disponibilidade de informações sobre tramitação processual de requerimento, facultando à interessada, se for o caso, vista dos autos, nos termos da legislação em vigor.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Ante o exposto, considerando a vigência da regra geral da transparência e o fato de ainda não ter sido promovido acesso à informação pública solicitada, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe parcial provimento**, com fundamento no artigo 22 da Lei nº 10.177/98 e no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo ser observadas as Leis Estaduais nº 10.177/98 e nº 10.261/68, de modo a permitir à interessada conhecimento do expediente público enfocado.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 1º de agosto de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO